

Uma história da greve das tecelãs/ões de Salvador-Bahia em setembro de 1919

Fight, raising and resist! a history of strike weavers Salvador-Bahia in september 1919

Vanessa Cristina Santos Matos
Universidade Federal da Bahia
van.rev@ig.com.br

Resumo

O presente artigo tem por finalidade analisar o movimento de greve das tecelãs/ões (a partir de um dado contexto), as suas origens, ações e desdobramentos, questionamentos ao sistema interno das fábricas (os regulamentos), as relações hierárquicas de poder e as lutas pela garantia do direito de associação, que resulto na paralisação de todas as atividades do ramo têxtil. A atitude em greve, as mobilizações e passeatas demonstram que a direção do movimento e o operariado estavam conscientes de suas ações e dos prováveis desdobramentos, o que de antemão sinaliza o caráter ideológico, classista e político das ações femininas: pelas práticas radicalizadas de enfrentamento ao autoritarismo e as ameaças patronais (repressão policial, coação dos órgãos de imprensa). O movimento foi marcado por uma forte resistência, apoio coletivo e a formação de uma rede de solidariedade.

Palavras-chave: Gênero, Classe, Greve

Abstract

This article aims to analyze the movement of weavers' strike (according to an specific context), its origins, actions and consequences, prompting the internal system of factories (their regulations), the hierarchical relationships of power, and struggles to guarantee the right of association, which resulted in the stoppage of all activities of the textile sector. The attitude to go on a strike,



mobilizations and the stroll show that the direction of the movement and the working class were aware of their actions and those likely consequences, what signalize, beforehand, the ideological, classist and political character of women's actions: radicalized by the practices of confronting the authoritarianism employers and threats (police repression, harassment of the press). They endured through the collective support and a network of solidarity.

Keywords: Gender, Class, Strike

Para interpretar a realidade de opressão e exploração estudiosas/os construíram conceitos ou categorias de análise. Suporte para compreender as relações sociais humanas e os mecanismos de transformação das mesmas. Neste caso, em que procuramos retratar o cotidiano das lutas operárias partimos do diálogo entre gênero e classe como produto das relações coletivas, porém distintas entre os sexos, na dinâmica das relações sociais de produção de bens e serviços e reprodução da força de trabalho para assim, compreender os mecanismos de legitimação das assimetrias entre os sexos e das lutas operárias em 1919.

A estrutura mercantil da economia baiana voltada para as atividades comerciais e prestação de serviços imprimiu um caráter bastante peculiar à composição social da força de trabalho baiana, ao passo em que a vigência até, 1888, do sistema escravista no Brasil determinou uma estrutura dual e bastante particular ao mercado de trabalho em Salvador.

Salvador era uma cidade eminentemente comercial, especializada no comércio exportador-importador e de distribuição de mercadorias no âmbito regional e inter-regional, essas atividades comerciais, acrescidas aos serviços que a cidade então oferece, geram oportunidades de emprego para a população trabalhadora.(1)

O surgimento das primeiras fábricas em meados do século XIX ocorreu no contexto das relações escravistas. No período posterior a 1876 até 1887, registramos a fusão de várias unidades fabris fundadas entre 1834 e 1886. Ao tratar do mercado de trabalho livre(2) ou escravo em Salvador identificamos as nuances comuns a ambas as formas de trabalho, assim como elementos específicos a estas categorias. Para começar, a força de trabalho livre era composta de brancos, pretos e mulatos. Os brancos possuíam em geral as melhores oportunidades no mercado de trabalho, os que tinham algum preparo ou instrução podiam ingressar no serviço público, privado ou comércio, instituições de caridade, etc. Os que possuíam ofícios incorporavam-se nos serviços de pedreiro, carpinteiro, carteiro, pintor, ferreiro, serralheiro, dentre outros. Assim como se integravam aos serviços considerados mais nobres: ourives, talhador, relojoeiro e marceneiro. Em relação às mulheres brancas, estas poderiam ser empregadas como professoras

e principalmente eram absorvidas em funções tradicionalmente definidas como femininas: bordadeiras, doceiras, e de acordo com a necessidade ainda exerciam trabalho como lavadeiras ou engomadeiras. “Com exceção feita das professoras, das enfermeiras nas instituições hospitalares e de caridade, das regentes de casa de recolhimento, que recebiam um salário mensal, todos os trabalhos femininos são remunerados por tarefa feita (...)”.(3)

Ainda segundo Kátia Mattoso na categoria de trabalhadores livres, encontramos os negros e mulatos que por sua vez ocupavam as funções mais baixas na estrutura do mercado de trabalho, pois trabalhavam como estivadores, saveiristas e marinheiros, e ainda assim rejeitavam exercer ofícios que os nivelassem a população escrava:

A Bahia que possui uma numerosa população, contudo há dificuldade de conseguir-se de todos os obreiros livres, geralmente há queixa nisto; existem, Exmo.sr. Em mero poder mais de 60 pedidos para lugares de feitores, apontadores, mas ninguém para trabalhar, há repugnância, eis aí o exemplo mais evidente em que vivem, preferem, pois a vadiação a um trabalho honesto pelo qual conseguem o pão necessário para o sustento de suas famílias (...).(4)

Kátia Mattoso chama atenção para a população livre, que na ausência de serviços que viabilizassem o sustento diário e melhores salários, na maioria das vezes optavam em dedicar-se ao pequeno comércio ambulante, garantia de maior autonomia nos horários e tarefas a serem executadas, como no caso das mulheres negras escravas colocadas no ganho pelos seus proprietários e as mulheres negras livres e libertas que como ganhadeiras garantiam o sustento próprio e o de seus filhos.

O mercado de trabalho ligado ao pequeno comércio era marcado por uma forte concorrência entre os trabalhadores livres e cativos, sobretudo na medida em que crescia a população livre na cidade, e determinadas atividades passavam a ser direcionadas a este. O que se refletia no acirramento da disputa por uma colocação no mercado entre os escravos pelas atividades então desprezadas. Dessa forma, os negros africanos, mulatos e negros nascidos no Brasil constituíam parte significativa dos trabalhadores encarregados dos serviços domésticos, os responsáveis pela execução dos trabalhos mais pesados e fisicamente extenuantes. No contexto de uma sociedade escravista era problemático falar num mercado de trabalho eminentemente assalariado, no entanto com a abolição ainda que de forma gradual e assistemática, vislumbramos a eminência de “novas” relações que a se delineiam em confluência com antigas.

O curto período de tempo da abolição é um ponto de grande relevância histórica para a determinação da consciência do trabalhador no bojo das relações

de classe. Daí a existência de uma emergente classe operária (pela origem recente), sem uma forte tradição de classe. Pensemos mais uma vez! Existia no contexto das relações de solidariedade uma consciência da condição de ser pobre forjada pela identificação/origem comum, mas que ainda não havia se efetivado/transformado numa consciência de classe,(5) pelo menos neste momento. Para entendemos o processo de formação da classe operária, é preciso associá-la à conjuntura, às estruturas e transformações no mercado de trabalho vinculando a emergência do trabalho livre, face ao longo passado, a sombra visível da escravidão. Um registro no livro de visitas nos primeiros anos de funcionamento da Companhia Empório Industrial do Norte, feito por um visitante, evidenciam através de uma característica peculiar as marcas da escravidão na dinâmica do trabalho fabril, este afirma que de tudo duas coisas lhe chamaram a atenção: o penteado das mulheres, de todas as idades, cores e tamanhos e os pés descalços das/os operárias/os.(6)

Na Bahia, em particular Salvador e Recôncavo, a dinâmica de crise da estrutura econômica mercantil que subordinou o desenvolvimento urbano-industrial, promoveu a coexistência de relações escravistas com novas relações sociais de trabalho livre (assalariado), criadas para atender a demanda de acumulação industrial, processando uma transição das relações escravistas para as relações recriadas pelo mercado comercial, combinando as condições de produção industrial nos limites da economia agro-exportadora, onde “em meio à crise do sistema escravista, estendiam-se as relações mercantis como pré-requisito ao desenvolvimento capitalista”.(7) Assim, a incipiente e débil implantação do trabalho assalariado foi insuficiente para possibilitar a criação de um mercado consumidor que viabilizasse o processo de industrialização,(8) daí a debilidade do sistema produtivo e a precariedade das bases industriais na Bahia, que se refletiu na formação, na consciência e nas lutas da classe operária na Bahia.

No contexto da primeira guerra mundial: crise econômica e tensão social

O contexto do pós Primeira Guerra Mundial configurou-se numa instabilidade econômica que por sua vez refletiu-se em descontentamento social (carestia dos gêneros de primeira necessidade, compressão salarial, especulação) e crise política (cisão interoligárquica), anunciando os conflitos que estavam por vir, as greves do início do ano e a culminância com a greve geral de junho de 1919 e a de setembro do mesmo ano.(9). O encadeamento dialético dos condicionantes históricos determinou as possibilidades e limites das lutas operárias e da participação feminina na Primeira Greve Geral de Salvador.

Não há dúvidas de que a conjuntura internacional e nacional exerceram forte influência sobre as ações do proletariado baiano. As lutas da classe trabal-

hadora no mundo e no Brasil faziam parte dos noticiários de todos os jornais em circulação, servindo aos interesses de uma disputa interna entre os setores oligárquicos pelo controle político do Estado, onde os/as trabalhadores/as eram instrumento de barganha/disputa política.

As freqüentes flutuações econômicas aprofundadas com a crise de superprodução no imediato pós-guerra (1918/1919), com o cancelamento de encomendas e a suspensão dos pedidos as fábricas em virtude de dispor de estoque não vendido para a comercialização, fez com que os industriais buscassem meios para enfrentar as contingências da guerra e reduzir os custos da produção. A alternativa encontrada por estes foi de potencializar e extrair a máxima capacidade produtiva nas fábricas através da superexploração da força de trabalho, estabelecendo como prática corrente no período para assegurar o lucro, o fechamento ou paralisação de algumas fábricas pertencentes às companhias, seguida da contratação ou re-alocação de um número reduzido de operárias/os despedidas/os. Em novembro de 1919, o periódico O Tempo informou em matéria, o recebimento de uma carta referente ao agravamento da realidade já acachapante das/os operárias/os da fábrica da Boa Viagem frente à atitude dos industriais pela baixa do algodão. De acordo com a mesma, o trabalho foi reduzido de seis para quatro dias, o que foi ratificado pelo relatório da Companhia: a “prolongação da crise de fins de 1918, que durou até maio de 1919 nos forçou a reduzir o trabalho a quatro dias na semana”,⁽¹⁰⁾ assim como, grande quantidade dos teares teve as suas atividades paralisadas, fazendo com que as/os operárias/os recebessem apenas o necessário para o pagamento do aluguel, que era descontado automaticamente no escritório, nada restando para comprar o pão, “a fome na Vila Operária era uma coisa incontestável, estando os operários, sujeitos as maiores privações”.⁽¹¹⁾ A carta conclui pontuando que mesmo durante a guerra, em que as indústrias tiveram os seus lucros auferidos, com ganhos consideráveis, a situação das/os operárias/os permaneceu idêntica. Ou seja, essa realidade de exploração independia da conjuntura, das perdas ou ganhos da empresa.

Em momentos de instabilidade em que se pretende garantir à produtividade, sem atingir os bolsos dos patrões, coube ao lado mais fraco, aos/as operários/as o ônus de toda a situação, mas especialmente ao “sexo” destinado ou “naturalmente” identificado as características do trabalho têxtil. Assim, para assegurar a dinâmica de produção e reprodução do capital foi realizada uma contratação massiva de mulheres e crianças e a ampliação da jornada de trabalho.

O fechamento de algumas fábricas e a diminuição dos dias e horas de trabalho afetou diretamente a vida da classe operária, com a precarização das condições e relações entre patrões e operárias/os, que em contrapartida trabalhavam mais e recebiam salários ainda mais baixos, justificados pelo patronato

como fruto da conjuntura vigente. Na Companhia União Fabril, das seis fábricas, apenas a N. S. da Conceição manteve o funcionamento normal das atividades, as demais; São Salvador, Nossa Senhora da Penha, S. A. do Queimado Modelo e Paraguaçu, mantiveram-se fechadas ou funcionando parcialmente:

Os efeitos negativos da crise gerada pela guerra foram sentidos de maneira mais intensa pelos operários têxteis nos anos de 1914 a 1917, quando a taxa de desemprego alcançou um nível muito alto em função da paralisação parcial ou total, temporária ou de longo prazo de pelo menos 8 das fábricas existentes. Das 14 unidades de produção deste setor, apenas 6 funcionaram de modo regular e ininterrupto de 1912 a 1920.(12)

O custo de vida no estado da Bahia havia subido sistematicamente nos três anos mais agudos da Primeira Guerra Mundial (1916-1918), acentuando a crise econômica, o que gerou o crescimento da insatisfação social e política e o surgimento em Salvador de manifestações de rua contra a carestia.(13) A penúria da população não era fenômeno recente, há tempos que esta vivia em condições deploráveis. A Primeira Guerra Mundial só veio a agravar uma situação há muito existente. Dadas às circunstâncias e por estímulos externos (dos oposicionistas) a multidão faminta bradava assustadoramente em frente do Palácio do Planalto. A situação a cada dia tornava-se ainda mais insustentável, não havia personalidade, popularidade e carisma (no caso de Seabra), que pudesse conter o ímpeto da “massa” desesperada face ao crescente aumento do preço do pão, carne, verde, charque e de outros gêneros alimentícios.

Uma história das lutas operárias na Bahia

A greve geral de junho de 1919 foi resultado das demandas objetivas e de uma profunda crise social orientando um extenso raio de ação por parte de um conjunto de categorias que praticamente parou a cidade, dado o envolvimento massivo das operárias/os e a articulação de uma ampla pauta de reivindicação (que dialogavam questões mais gerais com as específicas). Daí a tensão generalizada e a atenção dada em todos os setores (político, imprensa, comércio e indústrias), quando os/as trabalhadores/as integrados e organizados a uma causa resolvem lutar pelos seus direitos. “A este ascenso da classe operária corresponde uma alteração nas relações entre as classes e grupos sociais. A chamada questão social sai de um quase esquecimento e se torna objeto de debate tanto no nível da sociedade civil como do Estado”.(14) Nesse sentido, passa a estar diretamente relacionada aos desdobramentos futuros das lutas sociais na Bahia.

A greve das tecelãs/ões em setembro do mesmo ano deve ser analisada a partir do acúmulo de forças proveniente do movimento anterior (greve

geral), da consolidação das entidades representativas, das particularidades conjunturais, da dinâmica política e conseqüente correlação de forças: entre os setores da elite e o operariado. Mas sem dúvida foi o caráter particular da categoria têxtil, essencialmente feminina que projetou uma identidade mesmo que subliminar de gênero, através dos laços de apoio e solidariedade construídos ao longo da greve.

A conjuntura política de 1919 foi permeada por uma série de nuances e conflitos interoligárquicos. O recrudescimento das violentas disputas nos municípios do interior que coincidiu com a ascensão e desdobramentos do movimento paredista de setembro deste ano. Para agravar a situação calamitosa da população, os surtos epidêmicos assolavam em todo o estado (febre amarela, no interior, e de varíola, na capital), e nas vésperas da eleição governamental era bastante elevado o índice de mortes (523 de varíola) em apenas 15 dias, só em Salvador.(15)

Para melhor compreensão do cenário colocado face ao movimento é fundamental identificar o perfil da categoria em ação. Para começar o ramo da produção têxtil era essencialmente feminina (a análise a constituição social desta categoria na Bahia de acordo com o Recenseamento Industrial de 1920 sinaliza a eminência da força de trabalho feminina, o equivalente a 67.3% do conjunto total, entre negras e mestiças (sombras de um longo processo de escravidão) dado que a imigração na Bahia foi irrelevante, portanto sem expressão eleitoral, sem apelo aos interesses políticos das oligarquias. As mulheres não participavam dos rumos políticos do estado, em virtude do “sexo,” socialmente enquadradas como segundo sexo, e por serem em sua maioria analfabetas.

A movimentação operária diferenciou-se substancialmente da greve de junho: primeiro por ser de uma categoria industrial, segundo não foi “apoiada”, ou melhor, disputada pelos jornais e políticos da oposição anti-seabrista, terceiro coincidiu com o recrudescimento das violentas disputas interclãs nos municípios do interior,(16) quarto não conseguiu a adesão do conjunto das categorias envolvidas nas greves de junho, e por fim, foi sistematicamente reprimida pela união do governo com os patrões.(17)

De acordo com o periódico operário: O Germinal a greve geral alterou sensivelmente a situação do operariado têxtil, pelo menos a princípio, o movimento de junho trouxe pela vitória do operariado, algumas melhorias de ordem material e moral aos/as tecelões/ãs: aumento dos salários, diminuição da jornada de trabalho, reconhecimento da igualdade para efeito de remuneração para mulheres e homens.(18) O que, entretanto, representava parte do que ainda poderia ser conquistado.

Para fortalecer ainda mais a luta das operárias do ramo têxtil, em agosto de 1919 foi fundada a Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, unificando

e integrando a categoria para a resistência e afiliada a Federação dos Trabalhadores Baianos. Constituída por Francisco Paulo de Vasconcelos, Secretária geral; Helena Soares do Santos, 1^a- secretária; José Eugênio de Oliveira, 2^o-secretário; Archimedes Polycarpo Fernandes, Tesoureiro. Das Associações de trabalhadores/as registradas pelo jornal operário O Germinal, esta era a única que possuía na direção executiva a participação de uma mulher.

A Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia representava a primeira afirmação da força e do despertar de uma identificação, porque não dizer consciência de classe. Se por um lado o operariado começava a se organizar de forma mais combativa, aguerrida, por outro se agitaram os industriais em movimentos que visavam estrangular e paralisar qualquer insurgente manifestação dos socialmente explorados e oprimidos, começando pelo combate de suas principais lideranças e associações.

Os industriais articulados em torno da Associação Comercial da Bahia e do Centro Industrial do Algodão percebendo a potencialidade da entidade na representação dos interesses dos/as trabalhadores/as, ainda de acordo com o jornal operário O Germinal, partiram para boicotar a organização nascente em pleno exercício de um direito universalmente acatado que era o de associação, passando a agir sob ameaças e perseguições (suspensões) aos/as operários/as.

Após o término da greve geral a diretoria da Companhia Empório Industrial do Norte estabeleceu em acordo com a categoria as seguintes cláusulas: oito horas de trabalho, pagamento de mil réis por meada de fio e mais 20% de aumento, para os operários antigos, \$300 e mais 20% para os novos operários, ficando nessa última atuação os trabalhadores antigos dispensados por qualquer motivo, que voltassem novamente o trabalho.(19) No entanto a intransigência patronal e a intenção de intimidar os/as demais trabalhadores/as levaram a dispensa de um contramestre, que não por acaso era delegado da União Geral dos Tecelões da Bahia. Dadas às circunstâncias, esta era a motivação que faltava para que irrompessem manifestações e a greve da Boa Viagem.

As fontes empíricas analisadas indicam que este foi à gota que faltava para explodir o caldeirão de descontentamento das/os operárias/os pelo descumprimento dos acordos firmados durante as negociações. Em princípio a direção da Companhia Empório Industrial do Norte cumpriu à risca o estabelecido, porém decorridas algumas semanas do término da greve geral de junho, a direção desviou-se das cláusulas do acordo, sobretudo referente às horas de trabalho. (diariamente eram acrescentados cinco minutos na jornada de trabalho, já estando as/os operárias/os há trabalhar nove horas). Já não tolerando mais as arbitrariedades - demissão do contramestre da Boa Viagem, Daniel José do Nascimento, culminou com a revolta operária contra as relações opressivas e a exploração no trabalho.

No dia 4 de setembro de 1919 o contramestre da fábrica da Boa Viagem Daniel José do Nascimento ao levantar-se do espaço de trabalho e dirigir-se ao banheiro foi censurado pelo fiscal Polycarpo que lhe impôs uma multa de \$2.000. Indignado, protestou dirigindo-se ao administrador da fábrica, João Tarquínio, a fim de justificar-se tendo como resposta a sua demissão.(20) A imprensa operária denunciou a atitude da fábrica da Boa Viagem acusando-a de retaliativa, já que Daniel era dirigente sindical e atuou ativamente da greve geral de junho de 1919. Ou seja, além de não cumprir os acordos, punia lideranças perseguindo-as. Após a demissão o contramestre dirigiu-se a sala dos teares comunicando aos/as demais operárias/os o ocorrido: “um brado de revolta uníssono, repercutiu em todos os departamentos da fábrica porquanto a violência fora feita a pessoa de um dos operários mais estimados, motivando assim o abandono imediato do trabalho”.(21)

Haja vista explodiu a greve da Boa Viagem que amanheceu com suas atividades paralisadas. A fábrica Conceição pertencente à Companhia Empório Industrial do Norte, após aderir ao movimento, nomeou uma comissão para se entender com o diretor-gerente Otto Bittencourt para assim expor as razões que acarretaram a paralisação do serviço. O mesmo ao ter conhecimento do fato dirigiu-se à fábrica Luiz Tarquínio, na tentativa de “dialogar” com as/os operárias/os. Ao passo em que a polícia formada por 20 praças de corpo da cavalaria, sob o comando de um sargento também seguiu para lá.

As/os operárias/os das fábricas Paraguaçu e Plataforma ao tomarem conhecimento do fato prontamente se integraram à greve, sendo a última, fechada por Álvaro Catharino.(22) No dia seguinte todas as fábricas de tecido da capital baiana aderiram à greve, pela identificação à causa comum do operariado têxtil (em sua maior parte mulheres, violentadas em todos os sentidos: pela sua condição de gênero, classe, raça e geração) reforçando a sua disposição em garantir a unidade e afirmando o retorno ao trabalho caso ficasse sem efeito a demissão do contramestre.

A diretoria permanecia intransigente, sob ameaças de fechar as fábricas da Cia Empório do Norte, frente à força que alcançava o movimento. Assim, desde o primeiro momento forças policiais foram encaminhadas aos estabelecimentos fabris, lá se postaram piquetes da cavalaria a cargo do delegado Lustosa e Durval Trindade, com a finalidade de assegurar o direito à propriedade e reprimir qualquer perspectiva de greve geral. Do lado dos industriais a reação também foi contundente. Reunidos no Centro Industrial do Algodão, deliberaram pelo fechamento de todas as fábricas em greve.(23)

Ainda no primeiro dia do movimento, o Sindicato dos Pedreiros presente na Assembléia dos tecelões, foi indicado para compor a comissão para a entrega do Memorial (de reivindicações). Na assembléia do sindicato dos produtores de

Marcenaria, realizada no dia 4 de setembro foi aprovada uma moção de censura aos proprietários das fábricas da Boa Viagem, Tanque e Plataforma, em face da intransigência patronal, além de encaminharem telegramas solicitando a solidariedade dos/as operários/as cariocas.(24)

As estimativas feitas chegavam a oito mil operárias/os paradas/os e que tomados de grande expectativa aguardavam deflagração de uma nova greve geral. O que por outro lado também mobilizava os setores conservadores da sociedade: governo, comércio e industriais para conter de forma sistemática, se fosse o caso com o uso da força, qualquer iniciativa que se encaminhasse nesse sentido e assim assegurar a propriedade e o “livre” exercício do trabalho.

No Centro Industrial do Algodão os industriais das diferentes fábricas de tecidos de Salvador se reuniram para tratar dos assuntos referentes à greve operária. Nessa conferência dentre outros assuntos, definiu-se por enviar ofícios ao Governador do Estado e ao Secretário de Polícia, agradecendo as providências tomadas, para garantir o patrimônio privado (as fábricas) e a permanência preventiva da polícia, até que estes retomassem a atividade de produção. O documento expunha o mal causado à organização operária com a infiltração no movimento de elementos estranhos, que pregavam ostensivamente a dissolução da família, a supressão das autoridades constituídas e a instabilidade social. Nesse sentido conclamavam a todas/os que voltassem aos trabalhos dentro do regime definitivo de harmonia e cooperação, para o progresso do Estado

O que era interessante notar no documento é que o Centro Industrial construiu um discurso em nome da unidade e da moral da família, e que para tanto convocava o governo e a segurança pública (responsável pela forte repressão exercida sobre os/as trabalhadores/as) para preservá-la, ou seja, convocavam os expropriadores do excedente (os proprietários das fábricas), aqueles que ditavam autoritariamente as regras nas relações de trabalho, os responsáveis pela opressão física e mental dos homens, mas essencialmente de mulheres e crianças operárias, para “zelar” pelo “bem estar social”.

No dia 5 de setembro em frente ao edifício da União dos Tecelões foram realizados vários comícios. Em especial os das 17 horas, em frente à sede da Sociedade dos Tecelões na Boa Viagem, contou com a participação de aproximadamente 400 operários. Na ocasião discursaram de Aggripino Nazareth e dos representantes do Sindicato dos Marceneiros, Asterio dos Prazeres e Jorge Manoel da Rocha secretário do Sindicato dos Pedreiros. O Secretário de Polícia Álvaro Cova em nome do governo pronunciou-se através de um boletim, cujo conteúdo reiterava as providências tomadas pelo poder público para garantir o direito pleno da propriedade e o livre exercício dos que quisessem trabalhar.(25)

Reunidos também à Rua Vilela, na Boa Viagem, os sócios da Sociedade União dos Tecelões, com a presença de Aggripino Nazareth, advogado da classe,

os membros constituintes da entidade construíram um Memorial para ser enviado ao Centro Industrial do Algodão estabelecendo as seguintes condições:

1. Readmissão de todos os/as trabalhadores/as despedidos por motivo de terem tomado parte na greve de junho. Ou por motivo de não quererem trabalhar além das oito horas por dia (trabalho extraordinário não remunerado).

2. Readmissão de Daniel do Nascimento, que foi despedido da Fábrica da Boa Viagem por haver repellido dignamente o fiscal que o havia repreendido em termos insultuosos.

3. Demissão e entrega do fiscal Augusto, que na Fábrica Paraguaçu maltratou fisicamente uma menina, machucando-a covardemente com um punhal.(26)

4. Fixação definitiva da jornada de oito horas devendo o trabalho em todas as fábricas começar as 7 da manhã e terminar às 16 horas, com intervalo de uma hora entre das 12 às 13 horas para o almoço.

5. Respeito absoluto ao direito de associação, ficando desde já reconhecida como única intermediária entre os/as operários/as de tecidos e os respectivos patrões a “Sociedade União Geral dos Tecelões”.

6. Nenhuma punição aos operários que por delegação dos/as companheiros/as paralisaram o trabalho nas fábricas.(27)

A comissão executiva da Sociedade, acompanhada de dois delegados de cada fábrica e da diretoria do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes, aliada da União Geral dos Tecelões, ficaram com a responsabilidade de entregar ao Centro do Algodão o Memorial. O documento “sentenciava” os patrões para o cumprimento do mesmo no prazo de 48 horas, caso contrário convocaria às demais associações operárias a decretação da greve geral na Bahia.(28)

A greve geral abalizou uma reorientação dos rumos do movimento operário baiano, construindo as bases para as greves futuras. Tanto que, com a intenção de intimidar e coagir a categoria, o Manifesto dirigido pelos industriais baianos à sociedade não alcançou os objetivos esperados, ao contrário unificou e fortaleceu ainda mais a categoria. Se não fossem as vivências e experiências adquiridas pela classe no contexto da greve de junho, possivelmente este movimento teria caminhado em outro sentido; entretanto mesmo frente às fortes pressões sofridas o operariado partiu para o enfrentamento, não cedendo às intimidações. No dia 9 de setembro o movimento amanheceu com maior intensidade se comparada aos dias anteriores. E a resposta foi imediata, o operariado circulou um boletim anunciando pela cidade que conforme se encaminhava o “diálogo” com os poderes competentes seria decretada a greve geral. O documento distribuído pela Sociedade União Geral dos Tecelões, “O Manifesto dos Tecelões” propugnava as demais “classes” a se incorporarem ao movimento, caso não fossem atendidas

as reclamações, no prazo máximo de 48 horas deveriam deflagrar a greve geral. Haja vista o aumento dos já exorbitantes gêneros de primeira necessidade, as/os mesmas/os informam no Manifesto que foram forçados/as a juntar as primeiras, novas reivindicações que entendiam ser necessárias para a elevação dos salários, melhoria da qualidade de vida e trabalho; com melhor preparação e distribuição do serviço nos vários setores das fábricas. Assim resumidas e dispostas pelo jornal O Tempo:

1. Aumento de 50 % sobre as diárias e as empreitadas atuais;
2. Entrega de cinco pacotes a cada uma das caneleiras e enroladoras;
3. Distribuição diária de 30 quilos de fios as enroladoras e caneleiras nas fábricas em que a mesma é feita a peso;
4. Distribuição eqüitativa das tarefas;
5. Melhoramento da reparação;
6. Abolição das marcas de peça de pano, sendo os mesmos feitos por metragem.(29)

Concluem o Memorial avaliando que para se traduzir as reivindicações em realidade as/os mesmas/os esperavam a solidariedade das/os companheiras/os, das demais “classes”, igualmente tratados com indiferença e hostilidade, para se integrassem a luta comum do operariado, para que fossem atendidas as reclamações de todas/os que acompanhassem o movimento, unidos para vida e para morte. Bandeiras de luta que desfilaram durante o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, ocorrido em 14 de julho de 1919 (culminância de um processo de fortalecimento da estrutura sindical na Bahia, que contou com 16 sindicatos e 26 delegados).

Ao se recusarem a obedecer às normas vigentes de trabalho e aos ritmos impostos pelo capital, as operárias definiram uma contra-organização buscando estabelecer ou determinar novas regras no interior das fábricas, assumindo o controle e postulando uma autonomia no espaço de produção. O que perpassava a apropriação da fábrica e da organização do processo de produção, a destruição ou mudanças das funções diretivas, a supressão da diferenciação salarial e a transformação das condições materiais de trabalho.(30)

Os setores da elite utilizaram uma sistemática ofensiva ideológica na imprensa, através da divulgação do Manifesto dos Industriais que dentre outras questões analisadas tinha tentativa de desqualificar as instâncias de direção, organização, luta e as reivindicações operárias, expondo de forma burlesca a ineficácia da greve geral, negando que os frutos ou conquistas do pós-greve tenham sido resultado da unidade e ação dos/as trabalhadores/as como assim afirmavam num trecho do Manifesto:

Até o presente momento a greve nada conseguiu para o operário baiano. Na passada, os industriais não consideraram os seus operários grevistas (...). O que ali foi concedido aos mesmos resultou de idéias previamente debatidas (...). A prova está que nunca cedemos as ameaças, obedecendo só e só, ao espírito de justiça que aconselhava fosse a indústria ao razoável encontro das razoáveis aspirações do operariado.(31)

Já que tudo estava por ser resolvido por que tardou a ser selado um acordo? Por que tamanha era a inquietude da Associação Comercial que em conferência com o Centro Industrial do Algodão emitiu telegramas ao Presidente da República, juiz, imprensa nacional e associações varejistas e de comércio expondo o “caos”, a “anarquia”, em que se encontrava a cidade com a paralisação de praticamente todos os serviços e cobrando providências. Então, se tinham a chave para o desfecho do problema (a greve) que segundo os mesmos, só prejuízo trouxe, por que tardaram por fazê-lo? Por que optaram pelo “sacrifício” de uma classe despossuída, totalmente marginalizada? O que estes não quiseram aceitar ou admitir era que o operariado estava se organizando em entidades que cresciam e potencializavam as suas ações no movimento (forjando uma identidade de classe) e fortalecendo a sua representatividade frente às categorias e ao operariado. A construção desses instrumentos organizativos (associações) da luta de classes causou verdadeiro pânico aos setores dominantes (aos interesses patronais). Era, portanto o adversário a ser combatido e aniquilado, destruindo qualquer possibilidade de organização da luta operária. Mesmo com o descumprimento dos acordos, a greve de junho representou uma grande vitória política, pois dentre outras coisas, criou as condições para a realização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos em julho de 1919.

O Manifesto procurava estabelecer um convencimento na sociedade, como se fosse possível viver com tranquilidade sem condições de garantir o mínimo a si e aos familiares. Em tom de ameaça responsabilizava as/os operárias/os por aprofundar a crise da indústria de tecidos na Bahia, o capital investido pelos dias parados, mas mesmo assim faziam questão de frisar que as/os mesmas/os seriam as/os principais prejudicadas/os (pelos dias de trabalho perdidos). Dada a desorganização, freqüentes paradas com a perturbação a “ordem publica” e da “normalidade” do trabalho não suportando a concorrência de outros de centros de produção nacional.(32).

O Tempo enunciou em suas páginas o acirramento proposital provocado pelo manifesto entre patrões e operárias/os, cuja finalidade era provocar desarmonia e desordem servindo a política de que é sectário, numa referência a Lemos Britto, então diretor de O Imparcial. Reunidos no sindicato e sob a liderança de Aggripino Nazareth, os grevistas resolveram por unanimidade

não tomar conhecimento do manifesto dos patrões, ao mesmo tempo em que conclamavam as demais categorias a declarar greve geral na cidade, assim como ampliar as reivindicações. Mesmo diante do cenário colocado e já não contando com a predisposição de muitas associações em apoiar o movimento. Numa reunião realizada no dia 8 de setembro foi aprovada a greve geral, e ainda assim iniciada uma campanha de mobilização para a incorporação de novos setores. Várias associações estiveram em assembléia geral, a fim de tomar conhecimento do apelo que lhes foi dirigido pela Sociedade União dos Tecelões para a decretação da greve geral. Mesmo assim, um grande número de Sociedades resolveu não aderir ao movimento.⁽³³⁾ Mesmo com algumas baixas anunciadas, o dia 9 de setembro foi tomado de grandes expectativas, dado que esta era a data limite estipulada para a deflagração da greve geral, portanto decisória para definir os rumos do movimento. Por isso desde cedo um grande número de operárias/os se dirigiram à sede da Sociedade União dos Tecelões, lá reunidos e organizados (formando um contingente de mais de 3 mil pessoas) realizaram por volta do meio dia, uma grande passeata em direção a Cidade Baixa se encaminharam a Itapagipe, percorrendo as fábricas, oficinas e conclamando as categorias a se incorporarem a greve numa perspectiva de incorporar e consolidar adesões ao movimento. Ao final da tarde, operárias/os da fábrica de Calçados Gama & Gama, fábricas de vidros, de várias obras de construção e dos estaleiros da Companhia Transportes Marítimos suspenderam as suas atividades. A União Defensora dos Sapateiros solidarizou-se a “situação de extrema exploração” vivida pelos/as operários/as das fábricas de tecidos aderindo à greve e comunicando sua reivindicação de aumento salarial de 50%. “Dado o aumento dos gêneros de primeira necessidade autorizado pelo “Comissariado de Alimentação Pública”,⁽³⁴⁾ além de exigirem respeito e providências dos poderes públicos. Confirmaram também adesões dos Sindicatos dos Pedreiros e Carpinteiros, grande parte dos Padeiros e dos Produtores de Marcenaria que reivindicavam a abolição das empreitadas, aumento de 50%, semanal e nenhuma dispensa em função da greve, e o reconhecimento do Sindicato dos Produtores de Marceneiros como intermediários nas questões de interesse recíproco.⁽³⁵⁾ Durante o percurso os grevistas conseguiram que algumas casas comerciais fossem fechadas, conseguindo a adesão de seus respectivos funcionários. Logo depois foram para a cidade alta. De lá Aggripino Nazareth falou aos/as operários/as, resolvendo nomear comissões operárias para negociar com os patrões.

A formação de um grupamento representativo misto, ou seja, constituído por mulheres e homens, deve ser entendido a partir do perfil essencialmente feminino da categoria, mas também como resultado de um acúmulo de forças oriundas de um processo anterior, que permitiu a transposição dos espaços, ocupando lugar de destaque no decorrer das negociações e possíveis acordos.

Diferente da greve geral em que o Comitê Central era em sua totalidade masculina, aqui evidenciamos as mulheres como “sujeitos” em todo o processo. E por assim ser, decorrências foram sinalizadas, em se tratando de resgatar a trajetória política das relações entre os “sexos” numa sociedade patriarcal. As fontes históricas, e em especial os jornais, orientavam-se nessa perspectiva. Os homens como “o eixo” ou “centro” de poder em que orbitavam todas as relações de prestígio e dominação, independente da classe social. O setor têxtil mesmo estando na vanguarda do movimento havia uma omissão da parte dos órgãos de imprensa quanto à sua participação, tratando de deslegitimar a sua ação no processo, condicionando-as a um “papel” secundário de facilmente manobráveis e influenciáveis, dado a sua “incapacidade” de pensar e agir em movimentos políticos. Para circunscrever as tecelãs, “em seu lugar comum”, como dóceis, passivas e ordeiras, reforçava-se cotidianamente a autoria do movimento grevista a indivíduos alheios e infiltrados à categoria como os responsáveis pela quebra da “ordem”.

Resistindo as investidas patronais, as/os operárias/os estabeleceram no conjunto das categorias uma rede de solidariedade, com recebimento de auxílios às necessidades básicas para se manterem ativos na luta. Essa característica do movimento no momento de acirramento da luta de classes associa-se com fortes relações construídas pelas operárias e pela identificação a causa comum. Mesmo com os regulamentos internos que visavam limitar as formas de expressão das/os operárias/os, buscando “bloquear toda troca que pudesse reforçar a solidariedade e a formação da consciência de classe”.(36) Neste momento existiu uma característica que precisava ser registrada, que foi a capacidade das tecelãs de ousar, fazer diferente (consolidando relações), radicalizando as suas ações. Os auxílios recebidos como o fornecimento de contribuições econômicas (de origens variadas) com a finalidade de fornecer alimentos às famílias possuíam uma significância e uma origem identitária classista, mas essencialmente de gênero. Enquanto as elites e suas instâncias agiam no sentido de assegurar a suspensão da greve, por outro as/os operárias/os em uma série de atividades programadas para arrecadar fundos para sustentar os grevistas e o movimento. Assim, articularam com as sociedades diretamente envolvidas ações para garantir a manutenção do mesmo, com listas de contribuição e sessões cinematográficas,(37) dentre outras. No dia 14 de setembro, a Comissão Executiva da Sociedade União dos Tecelões distribuiu um boletim sinalizando a situação geral em que se encontrava o movimento:

Aos Tecelões:

Não tendo logrado êxito completo, a mediação oferecida pelo Exm Sr. Dr. José Álvaro Cova, no sentido de serem atendidas as reclamações apresentadas aos industriais pelos operários das

fábricas de tecidos desta capital, à Sociedade União dos Tecelões da Bahia resultou consultar o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros, o Sindicato dos Produtores Marceneiros, a União Defensora dos Sapateiros e a União dos Operários em Ferrovias, sobre a nova atitude a assumir em face da intolerância dos patrões. Ouvidos os companheiros dessas associações e escutada a palavra do Dr. Agripino Nazareth, ficou resolvido que os tecelões se mantivessem em greve até que os industriais manifestassem, diretamente, o desejo de reabrir as fábricas com o atendimento às reclamações já conhecidas.(38)

Como podemos perceber, o documento era dirigido para estimular a categoria na luta diante de toda a adversidade, categoria essa em sua maioria de mulheres, porém com referências feitas no masculino, marginalizando-as do processo. O que nos permite identificar o perfil essencialmente patriarcal da entidade. O Sindicato dos Pedreiros também conclamava todas as categorias a se enfileirar e manterem-se solidárias ao movimento e aos grevistas.

No dia 15 de setembro após conferência no “Centro Industrial do Algodão” a diretoria propôs um acordo que, no entanto não correspondia às expectativas das/os operárias/os que permaneceram em greve. Através de um folhetim à União dos Tecelões justificava a recusa das propostas patronais ao passo em que rebatiam as ameaças feitas(39): “voltar o trabalho mediante o mesquinho aumento de 5% (aliás, somente oferecido pelos tarefistas) importaria em aprofundamentos com as nossas próprias mãos o tûmulo que de há muito vem cavando para nós pelo egoísmo patronal”.(40)

Conclusão

O movimento das tecelãs/ões, através da luta e resistência foi capaz de questionar o sistema interno das fábricas (os regulamentos), as relações hierárquicas de poder, além de lutar pela garantia do direito de associação, suspendendo todas as atividades do ramo têxtil, através da greve. Aguerrido apesar das circunstancias totalmente adversas, foi à força e a necessidade de sobreviver através do fruto de seu trabalho que as fizeram reivindicar os direitos trabalhistas e melhorias das condições de vida. Elemento crucial para garantir sobrevivência, e resistência ao movimento, mas que face o endurecimento das forças de pressão, aos poucos foi perdendo fôlego, possivelmente engolido pelas mesmas necessidades que lhe deram origem, fazendo com que os/as trabalhadores/as envolvidos/as retornassem as suas atividades. Uma importante questão a ser considerada em relação a esta greve é no que se refere a pouca cobertura jornalística dada em seus momentos cruciais fazendo com que muitos dos órgãos de imprensa deixassem de noticiar ou dar importância devida aos seus desdobramentos finais.

Notas

- (1) Mattoso, Kátia M. Bahia: a cidade do salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC. 1978.
- (2) “Livre na terminologia, na prática socialmente dominado, porque implica a existência de duas categorias de indivíduos: aqueles em condições de comprar a força de trabalho e os que são obrigados a vendê-la para assegurar a sua sobrevivência”. (Silva, Ligia Osório. A Luta pela Regulamentação do trabalho na Primeira República. Revista semestral do Centro de Estudos Everaldo Dias. Ano I., n. 2, jul./dez. 1979, p. 101).
- (3) Mattoso, 1978, p. 283-284.
- (4) Documento assinado pela junta administrativa de obras públicas. Mattoso, 1978, p. 285.
- (5) Mattoso, 1978, p. 283-288.
- (6) Dumêt, Eliana Bittencourt. Luiz Tarquínio: o sementeiro de idéias. São Paulo: Editora Gente, 1999. p. 69.
- (7) Fausto, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 16.
- (8) Sampaio, Consuelo Novais. Os partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação. Salvador: EDUFBA, 1998, p. 57.
- (9) Castelluci, 2001.
- (10) APEB, Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte, parecer do Conselho Fiscal apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral ordinária de 31 de março de 1920, p. 6.
- (11) O Tempo, 11 de novembro de 1918.
- (12) Castelluci, 2001, p. 64.
- (13) Tavares, Luis Henrique Dias. História da Bahia. São Paulo: UNESP, 2001, p.334.
- (14) Fausto, 1977, p. 159.
- (15) Diário Oficial do Estado da Bahia, 13-16 jan, 1920. Apud Sampaio, C., 1998, p. 146.
- (16) Sampaio, Consuelo Novais. Os partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação. Salvador: EDUFBA, 1998, p. 146.
- (17) Tavares, 2001, p. 337.
- (18) O que parece ter sido adiante contrariado. AEL, O Germinal, 1 de maio de 1920.
- (19) APEB, O Tempo 4 de setembro de 1919.
- (20) APEB, O Tempo, 4 de setembro de 1919.
- (21) Idem, O Tempo, 5 de setembro de 1919.
- (22) Ibidem.
- (23) APEB, O Tempo, 5 de setembro de 1919.
- (24) APEB, Jornal de Notícias, 5 de setembro de 1919.
- (25) APEB, Diário de Notícias, 6 de setembro de 1919.
- (26) No período, diversas eram as denúncias de agressões e maus-tratos cometidas por fiscais (mestres e contramestres), sendo as mulheres e crianças as principais vítimas das relações sociais de poder assentadas nas desigualdades entre os “sexos”, que legitimavam a condição de subordinação feminina.
- (27) APEB, O Tempo, 5 de setembro de 1919.
- (28) APEB, 7 de setembro de 1919.
- (29) O Tempo, 10 de setembro de 1919.
- (30) Rago, Margareth. Do cabaré ao lar a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 57.
- (31) APEB, 10 de setembro de 1919.
- (32) APEB, O Tempo, 10 de setembro de 1919.
- (33) APEB, O Tempo, 8 de setembro de 1919.

(34) *Ibidem*

(35) APEB, *Diário de Notícias*, 10 de setembro de 1919.

(36) Rago, 1985, p. 24.

(37) Fontes, Jose Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982, p. 190.

(38) APEB, *Jornal de Notícias*, 16 de setembro de 1919.

(39) Fontes, 1982, p. 189.

(40) APEB, *A Tarde*, 17 de setembro de 1919.

Bibliografia

Castellucci, Aldrin Armstrong. *Salvador dos operários: uma greve geral de 1919 na Bahia*. Salvador: UFBA, 2001.

Dumê, Eliana Bittencourt. *Luiz Tarquínio: o semeador de idéias*. São Paulo: Editora Gente, 1999

Fausto, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1977.

Luca, Tânia Regina. *História dos, nos e por meios dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. Contexto: São Paulo, 2005

Mattoso, Kátia M. *Bahia: a cidade do salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC. 1978.

Pena, Maria Valeria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Rubim, Antonio Albino; RUBIM, Jorge Canelas. *As Lutas Operárias na Bahia (1917-1921)*. Caderno do CEAS, Salvador, n. 80, jul/ago 1982.

Saffioti, Heleith. *A Mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969

Sampaio, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998.

Sampaio, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998

Sampaio, Jose Luis. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a companhia empório industrial do norte (1891-1930)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

Silva, Ligia Osório. *A Luta pela Regulamentação do trabalho na Primeira República*. Revista semestral do Centro de Estudos Everaldo Dias. Ano I., n. 2, jul./dez. 1979

Tavares, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, 2001

Tavares, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 337.

Periódicos

APEB, O Tempo (junho a setembro de 1919), Jornal de Notícias (junho a setembro de 1919), Diário de Notícias (junho a setembro de 1919), A Tarde (junho a setembro de 1919)

Diário Oficial do Estado da Bahia, 13-16 jan, 1920. Apud SAMPAIO, C., 1998, p. 146.

Imprensa operária

AEL, O Germinal.

AEL, A Voz do trabalhador

Relatórios

APEB, Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte, parecer do Conselho Fiscal apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral ordinária de 31 de março de 1920, p. 6